

## ILUSÕES GLOTOPOLÍTICAS E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA NA GALIZA

*Mário J. Herrero Valeiro*<sup>1</sup>  
*Projecto de Investigação Análise do discurso público actual*  
*Universidade da Corunha*<sup>2</sup>

### 0. Uma precisão

Por problemas de espaço, limitar-nos-emos apenas a *especular* sobre alguns aspectos das relações entre as ideologias político-linguísticas existentes na Galiza espanhola e as semânticas galego-portuguesa e castelhana do conceito *ilusão* (*ilusión*). Porém, como ponto à partida situaremos minimamente a nossa especulação num quadro epistemológico geral, numa perspectiva de análise e actuação. A posição que denominaremos *glotopolítica*.

### 1. Enquadramento teórico

A partir do início da década de 1980 começou a ser usado por alguns analistas, nomeadamente no Estado francês, um conceito de aparente nova criação, pela falta de referências *remotas*, para referir a investigação das relações entre a língua, a fala e os discursos e as instituições de poder. Trata-se do termo *glotopolítica*. Contudo, na nossa pesquisa pudemos comprovar que o seu nascimento remonta aos mesmos começos da análise sociolinguística moderna, nos primeiros anos 50. De facto, os conceitos *sociolinguística* e *glotopolítica* surgem na escrita ao mesmo tempo na linguística desenvolvida nos Estados Unidos, o primeiro com Currie (1952) (veja-se Shuy 1990 e Koerner 1991 [1988]) e o segundo com Hall (1952)<sup>3</sup>. Na sua revisão da linguística norteamericana entre 1925 e 1950, Hall (1952:14-15) introduz alguns dos elementos básicos da perspectiva que poucos anos depois começará a se desenvolver conhecida habitualmente como planificação (e política) linguística:

In the last few years, even those outside the fields of linguistics and of practical language teaching, and of their applicability in other spheres of human action, such as aiding in the solution of economic, political and psychological problems. In UNESCO's Fundamental Education Project in the Glosseline Valley in Haiti, where an effort was made to assist the

---

<sup>1</sup> Praça do Mestre Mateu, 2, 12, A Corunha, 15.004, Galiza (Spain); tfne: 34-81251438; marioh@udc.es

<sup>2</sup> Uma bolsa da *Dirección Xeral de Universidades e Investigación da Xunta de Galicia* para realizar uma estadia no *Centre International de Recherche en Aménagement Linguistique* da *Université Laval* (Québec) durante Maio e Junho de 1997, permitiu-nos consultar algumas das referências bibliográficas utilizadas.

<sup>3</sup> É possível que Hall já tivesse usado o conceito previamente num trabalho publicado em 1951 a que ainda não tivemos acesso e que constitui uma versão reduzida do seu artigo de 1952.

peasants of Marbial in improving their ecology and technology, a linguistic survey of Haitian Creole was included, with a view to finding the most effective means of communication (choice of language to be used, choice of orthography, methods of teaching). A branch of “glottopolitics” may soon develop, in which the knowledge acquired by linguistics will be applied to matters of governmental policy, such as determining the desirability and the best means of achieving bilingualism in colonial and other areas where two or more cultures are in contact.

Mas o sucesso de ambos os conceitos, sociolinguística e glotopolítica, foi decerto muito diferente. Como também o foi o êxito ulterior da *planificação linguística* (language planning) de Haugen (1959). Paradoxalmente, nesse primeiro volume de *Anthropological Linguistics* em que Haugen introduzia o afortunado sintagma, Hall publicava um breve ensaio glotopolítico sobre a política colonial e o neo-melanésio, mas sem empregar o conceito (Hall 1959). Noutra ocasião, a descrever uma história global e um enquadramento geral do conceito glotopolítica, tentaremos especular sobre as possíveis causas do sucesso espectacular de uns conceitos (sociolinguística, planificação linguística) e o relativo fracasso de outros (glotopolítica). Mas, sem poder agora desenhar uma genealogia completa do percurso do termo através das cinco últimas décadas, o certo é que este manteve uma certa vitalidade nos trabalhos de Hall (1964, 1966), que até lhe dedica um capítulo na sua introdução à linguística (Hall 1964:461-465). Também Malmberg o inclui nas suas introduções historiográficas à linguística já desde 1959 (Malmberg 1975 [1959]), por vezes sob a forma *glossopolítica*<sup>4</sup> (Malmberg 1981, 1983). Malmberg (1975:250) escreve que uma das aplicações da linguística aplicada é a que “às vezes” se denomina glotopolítica, que define como o uso de resultados ou instruções linguísticos em contextos políticos, por exemplo de tipo cultural. Cita, a modo de exemplo, trabalhos de Hall da década de 50 para se referir, em concreto, à colaboração deste, propriamente um crioulista, com algumas administrações políticas coloniais para a solução de determinadas questões de planificação linguística. Para Malmberg, a glotopolítica seria uma análise das condições sociolinguísticas de uma determinada comunidade com a intenção de intervir sobre ela de alguma forma. Mas, ulteriormente, Malmberg (1981:144-145), sob a forma *glossopolítica*, oferece uma definição de que desaparece a referência explícita à intervenção consultiva do linguista no processo planificador, já que o conceito serviria para referir:

---

<sup>4</sup> A forma em glosso- pode ser uma particular adaptação ao sueco ou ao francês de Malmberg já que não o temos documentado em nenhum texto anterior a esta ocorrência.

(...) l'étude des mesures prises par les autorités pour régler sous forme législative ou consultative l'emploi et la propagation d'une forme de langue jugée désirable. Toute intervention dans le comportement linguistique des citoyens de la part d'une autorité officielle intéresse la glossopolitique (lois réglant l'usage de telle ou telle langue, l'orthographe, la forme linguistique à utiliser dans les manuels scolaires et dans les actes officiel, etc.).

Por fim, Malmberg (1983:273) acaba por apresentar como sinónimos os termos política linguística e glossopolítica, como subdisciplina da linguística aplicada.

O próprio Haugen (1971) chega a usar também o conceito, no seu ensaio sobre a ecologia da linguagem. Para Haugen, a glotopolítica seria a perspectiva de análise que deveria responder à pergunta *ecológica* sobre que tipo de suporte institucional atingiu uma língua, já for no governo, na educação ou em organizações privadas, já for para regular o seu uso ou para propagá-lo. Porém, e para além de algumas referências isoladas (Herrero Valeiro, 1997), embora tenha sido na sociolinguística anglo-sajona onde encontrou a sua génese este conceito, será na sociolinguística europeia, preferentemente por autores franceses de origem periférica, onde achará uma maior difusão. Provavelmente a partir do crioulista martinicano Prudent (1980a, 1980b) que recupera o conceito directamente de Hall (1966), Marcellesi (1980) e mais tarde Guespin (1985) e Guespin e Marcellesi (1986), lançarão novamente o conceito ainda que com importantes modificações. Para Marcellesi e Guespin (1986:5), a Glotopolítica vai ocupar todo o âmbito de uma política global da língua, analítica, mas também intervencionista, com o objectivo básico de neutralizar a oposição entre língua e fala; destarte, a glotopolítica serviria para se referir às diversas aproximações que uma sociedade tem da acção sobre a linguagem, seja ou não consciente. Para estes autores, esta acção ou intervenção pode referir-se à língua, quando a sociedade legisla os estatutos das línguas, ou apenas à fala, quando a sociedade reprime um determinado uso, estigmatizando-o; ou também ao discurso, quando na escola se faz matéria de exame a produção de um determinado tipo de texto. Para Marcellesi e Guespin, a glotopolítica é necessária para abarcar todos os factos da linguagem em que a acção da sociedade toma a forma do político. Ou, por outras palavras, será definida como glotopolítica toda acção de gestão da interacção linguística em que intervenha a sociedade (Guespin 1985:21). Portanto, esta Glotopolítica também englobará a própria *politique de la langue* institucional, já que o facto glotopolítico abrangeria tanto actos minúsculos e familiares como intervenções de grande dimensão sobre a língua: casos de promoção, proibição, mudança de estatuto político de uma língua, etc. As linhas macro e micro convergem nesta perspectiva ao não reduzir o objecto de estudo às políticas linguísticas

institucionais mas também alargá-lo às práticas de fala e aos discursos, com o objectivo de evitar uma concepção unilateral de uma língua isolada da sua ecosfera e para abranger tudo aquilo que se joga no nível da língua, a fala e os discursos (Guespin 1985:21). A explicação busca-se em que a sociedade age sobre todos estes pontos, ao tempo que estes agem sobre a sociedade, que não se limita a impor a língua a usar ou a língua a proibir, mas também vai indicar quem está autorizado a empregar uma determinada variedade de língua, em que situações e para que conteúdos.

A prática glotopolítica encontra-se sempre situada entre dois pólos: um liberalista e um outro dirigista. O primeiro consiste numa política que foge do problema, negando a problemática linguística ou a sua importância. Uma política que confia nas auto-regulações. O segundo refere uma política consciente de intervenção sobre língua, discurso ou fala. Contudo, a maioria dos casos podem ser examinados como uma resultante das duas forças opostas. Como afirma Guespin (1985:22), nenhuma sociedade pode negar totalmente o problema linguístico, e nenhuma pode ditar ou dirigir todos os comportamentos linguísticos. Nesta linha de análise, o conceito aparece como abertamente ideologizado, longe de qualquer descritivismo linguístico que se pretender a-ideológico. Marcellesi e Guespin (1986:6) apresentam este aspecto desde um princípio: “Os linguistas não são sempre conscientes do rol glotopolítico que eles têm que jogar”. Assim, frente à “ideologia descritiva” da linguística de base decimonónica, da saussuriana ou da chomskyana, defendem o reconhecimento por parte do linguista das implicações sociais da sua investigação e até o seu compromisso na defesa das comunidades linguísticas ameaçadas. Nesta linha, Thiers (1989:3) escreve: “(...) analyse et action ne peuvent être dissociées”. E neste contexto, que Thiers enquadra como de *investigação-acção*, a glotopolítica trata de reduzir esta dificuldade integrando-a na sua reflexão e nas suas finalidades. O critério de base será a *utilidade social* do trabalho realizado. O próprio trabalho de Thiers sobre a situação linguística corsa é um exemplo muito desenvolvido desta perspectiva que se resume adequadamente nas duas prolongações que o autor espera do seu estudo. A primeira é teórica; trata-se de confrontar os resultados da sua análise com o de outras situações em que se achem o mesmo tipo de problemas: codificação e padronização da língua minorizada, problemas de multilinguismo e de práticas multiculturais e interculturais, fenómenos de contacto e de conflito linguístico, avaliação do problema identitário em relação com as ideologias linguísticas. A segunda prolongação é prática; tratar-se-ia de contribuir para alterar, afinal, as práticas de fala regidas pelos modelos linguísticos dominantes e habitualmente vinculadas às ideologias classistas. A glotopolítica trata, por tanto, de ajudar a eliminar os obstáculos que impedem a socialização harmoniosa dos

indivíduos e o acesso à palavra dos grupos e das comunidades que acham na *individuação sociolinguística* uma expressão linguística espontânea dos seus interesses e da sua vontade de existência (Thiers 1989:3).

Esta dinâmica investigação-acção tinha sido previamente adiantada por Baggioni (1986:35) na sua busca de uma pré-história da glotopolítica na linguística europeia de Herder ao Círculo Linguístico de Praga. Baggioni opina que se se define a glotopolítica como a reflexão explícita do linguista sobre uma racionalização dos intercâmbios linguísticos entre ou no interior das comunidades linguísticas, haverá que reconhecer que esta reflexão se apresentará sob um duplo aspecto: por uma parte, uma produção de conhecimentos, e, por outra, uma produção de proposições de intervenção no campo político. Para além disto, também haverá que reconhecer que nesta perspectiva dificilmente se poderão estabelecer umas claras fronteiras entre ciência e ideologia, produção de conhecimentos científicos e produção de ideologia ou ideologias mistificadoras ou justificadoras. Para Baggioni, tal reconhecimento teria a vantagem de re-situar a reflexão do linguista no seu contexto histórico, político e social. Calvet (1987:282), por sua parte, reflecte sobre o que denomina “problema deontológico” do linguista que intervém na planificação linguística, já que, ao fazê-lo “il n’est pas étranger aux jeux du pouvoir”. Do poder do Estado, acrescenta. É nesta perspectiva, plenamente glotopolítica, que deve ser compreendida a especulação que realizamos na continuação.

## 2. Para uma semântica da(s) ilusão(ões)

(I) Ilusão, qualquer erro proveniente de uma falsa aparência; erro de percepção que consiste em tomar um objecto por outro; erro; aparência; fraude; logro (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora). (II) Ilusión. (1) Concepto, imagen o representación sin verdadera realidad, sugeridos por la imaginación o causados por engaño de los sentidos. (2) Esperanza cuyo cumplimiento parece especialmente atractivo. (3) Viva complacencia en una persona, cosa, tarea, etc. (4) Ret. Ironía viva y picante (*Diccionario de la Lengua Española*, Real Academia Española). (III) Ilusión. (1) Erro de percepción, de xuízo ou de razoamento provocado por unha falsa aparencia. (2) Esperanza sen fundamento real. (3) Cousa efímera. (4) Logro. (*Diccionario Xerais da Lingua*, Edicións Xerais de Galicia). (III) Ilusión ou Ilusón (ILUSOM). (1) Imaxe formada na mente dunha cousa inexistente tomada como real. (2) Alegria ou felicidade que se experimenta coa pose, contemplazón ou esperanza de algo. (3) Efeito artístico que produz ou procura producir a impresón da realidade. (4) Cousa efémera e enganadora (*Dicionário da Língua Galega de Isaac Alonso Estravis*, Sotelo Blanco).

### **3. Ilusões do discurso e/ou intervenção sobre a língua na Galiza. Ilusão necessária (Chomsky). Ilusão glotopolítica (Prudent)**

Para além da problemática eleição de um modelo de *língua legítima* que conduziu nas duas últimas décadas a uma guerra de elites em que não se vislumbra, por impossível, qualquer saída de *concordia*, resulta indubitável que as mudanças sociolinguísticas sofridas pela Galiza espanhola neste período são muito significativas. No âmbito basicamente institucional, temos assistido ao nascimento do primeiro padrão para o galego-português da Galiza legitimado institucionalmente, á constituição de umas elites técnico-intelectuais galego-falantes que desenham e assessoram a planificação do corpus, aspecto básico da planificação linguística, a uma significativa expansão do galego para âmbitos institucionais em que nunca estivera presente, a um acréscimo espectacular do número de livros publicados com a conseguinte construção de um âmbito literário maciço, etc. Em resumo, temos assistido a uma *institucionalização* não meramente ritual (Álvarez Cáccamo 1990), ainda que ritualizante, de um certo código que tem atingido a categoria de galego, língua co-oficial, e a consequente constituição (ou, mais correctamente, reformulação) de um novo mercado linguístico tipicamente capitalista.

Porém, face a esta institucionalização, ainda muito incompleta em alguns âmbitos (justiça, administração estatal e municipal...) e precária ou muito precária em outros (administração autonómica, educação...), a descrição da situação sociolinguística do galego coloquial, não institucional, obriga a ser muito mais cautelosos. Ainda que os dados do *Mapa Sociolingüístico de Galicia* (Fernández e Rodríguez-Neira 1995) parecem confirmar uma desaceleração no processo de substituição linguística, ou, ao menos, um relativo *impasse* neste, a situação não convida a mostrar o desmedido optimismo que tende a exprimir o governo autónomo galego. Mas esta leitura institucional sustenta-se não tanto nos dados de usos como numa particular interpretação de umas atitudes face ao galego que parecem ter variado radicalmente nestes dois decénios: de uma consideração majoritária, inclusive entre os próprios falantes, do nulo valor desta língua para o progresso socio-económico ou para o seu uso nas funções prestigiadas, a umas atitudes majoritárias que afirmam, segundo os inquéritos macrosociolinguísticos, reconhecer para o galego a mesma funcionalidade que se vinha reconhecendo tradicionalmente para o castelhano<sup>5</sup>. Porém, o importante no que diz

---

<sup>5</sup> Mas o certo é que índices aparentemente secundários continuam a mostrar um maior peso social deste último. Por exemplo, 33'7% do total da amostra usada na elaboração do Mapa Sociolingüístico considera que o espanhol é uma língua mais apta para *ensinar matemáticas* do que o galego, embora exista um 14'1% que

respeito à conservação do idioma é que esta mudança de atitudes de que dão conta as análises macrossociolinguísticas não parece produzir uma modificação de usos favorável ao galego suficientemente importante como para assegurar a sua futura manutenção num momento em que, pelos níveis de competência linguística nesta língua entre os monolíngues em castelhano ou bilingues castelhano-dominantes, ainda é muito factível a passagem do castelhano para o galego (veja-se Fernández e Rodríguez-Neira 1994). Talvez, pensamos, esta mudança de atitudes deveria ser colocada em relação com a influência que exerce sobre as ideologias linguísticas grupais a transformação das políticas linguísticas estatais, que passaram nos dois últimos decénios do exercício de um sistema disciplinário que reprimia, proibia ou controlava ferreamente os usos públicos, prestigiados, das línguas periféricas -sistema de que fazia parte o actual máximo responsável do processo denominado oficialmente *normalização linguística do galego*- a uma defesa e promoção formais destas, ainda que com uma legislação que privilegia indissimuladamente o espanhol como única língua nacional do Reino da Espanha. O certo é que o processo de substituição linguística continua, como se deriva dos próprios resultados do Mapa (Fernández e Rodríguez-Neira 1995:361). Talvez, a referência de Fernández (1991) à própria falta de *matéria prima* (ou seja, galego-falantes das gerações mais novas) nos âmbitos urbanos em que se situa o futuro da língua sobre a que possa actuar a substituição explique a aparente moderação do processo substituidor. Provavelmente, junto a que a *retenção linguística* (Fernández e Rodríguez-Neira 1995:361) dos sectores galego-falantes continua a ser muito elevada, a moderação do processo poderia explicar-se também na consciencialização de sectores progressivamente maiores de galego-falantes em prol da conservação do idioma ou normalização dos seus usos. Por fim, a mudança no sentido inverso ao tradicional, agora do castelhano ao galego, continua a ser um processo marginal e de pouca importância.

A perspectiva ideológica que domina a planificação linguística na Galiza, representada fundamentalmente pelo nacionalismo espanhol do Partido Popular, mostra como interesses político-linguísticos básicos a negação da existência de um conflito linguístico definido pela desigualdade legal e social de línguas e grupos linguísticos e, fundamentalmente na situação actual, o ocultamento da dinâmica da substituição. Isto explica o interesse de elaboradores e subsidiadores do Mapa Sociolinguístico por privilegiarem e porem em destaque os escassos dados positivos para o galego que se podem obter das suas próprias investigações, por muito que estas já foram desenhadas sobre os pressupostos fundamentais da ideologia político-

---

considera mais apto o galego, e, por fim, um 52'1% que opina que as duas línguas são igualmente válidas (Fernández e Rodríguez-Neira 1996:95).

linguística dominante que descansa essencialmente sobre a desidentificação entre o referencialmente ‘galego’ e o referencialmente ‘português’ e a identificação entre o referencialmente ‘galego’ e o referencialmente ‘espanhol’. Porém, há realidades que se podem maquilhar -o controlo dos meios de comunicação é fundamental para isto- mas não por isso deixam de ser o que são: indissimuláveis. O processo de substituição linguística na Galiza é uma delas.

A especulação que apresentamos aqui para interpretar a política linguística institucional na Galiza parte do conceito *ilusão necessária* (necessary illusion) de Chomsky (1989.1992). Num livro subintitulado *Controlo do pensamento nas sociedades democráticas*, Chomsky oferece uma afortunada consigna para definir o funcionamento da democracia formal, a estado-unidense como ideal a seguir. Para Chomsky, a democracia construi-se sobre a negação dos valores teóricos que proclama. O modelo democrático na realidade está a impedir a participação real do povo. Gera-se apatia e impede-se sistematicamente qualquer iniciativa popular que tente frear a impunidade absoluta em que funcionam os amos do sistema democrático capitalista: as grandes corporações económicas. Os meios de comunicação, garantes teóricos das liberdades, apenas constituem um necessário serviço para os poderes fácticos através da falácia de uma crítica controlada. Nasce e mantém-se assim a ilusão democrática, a ilusão da liberdade.

Para o nosso contexto, permitir-me-ei fazer um pequeno exercício de contacto de semânticas. A política linguística institucional na Galiza poderia, talvez, ser definida pelo conceito ilusão necessária, pelo menos em dois níveis. Trás da morte de Franco e a instauração da nossa particular democracia formal, as políticas repressoras ou disciplinárias a respeito das línguas periféricas eram insustentáveis, por antidemocráticas. Existindo uma ilusão (R.A.E. (2); Estravis acep. (2)) pela recuperação institucional do galego por parte de sectores da população galega muito activos politicamente e com passado de *luta democrática*, o nacionalismo espanhol dominante tem articulado uma outra ilusão (Porto, acep. única; R.A.E, acep. 2; Xerais acep. única; Estravis acep. 1)<sup>6</sup>: o aparente interesse pela normalização de usos do galego que tem recebido a forma de institucionalização de um código conhecido como galego, de entre os possíveis o mais próximo estrutural e graficamente do código autorizado do espanhol, única língua nacional da Espanha, portanto única língua nacional dos controladores das política e planificação linguísticas na Galiza. O antidemocrático sistema

---

<sup>6</sup> Não deixa de ser curioso que seja um dicionário realizado sobre uma ideologia reintegracionista (Estravis) o que admita a acepção espanhola, enquanto outro, ideologicamente diferencialista (Xerais), não o faça. Contudo, outros dicionários ideologicamente isolacionistas decerto incluem a acepção espanhola.

disciplinário é substituído pelo democrático sistema de controlo: controlo sobre o modelo de língua legítima, controlo sobre os usos autorizados, controlo sobre a construção global do mercado linguístico, desactivação -com resíduos disciplinários- das iniciativas populares, etc. (ver quadro 1). Enfim, consideramos que a intervenção institucional sobre a situação linguística galega poderia inserir-se perfeitamente no contexto definido por Dion (1981:27): ainda sendo melhor para os governos centrais evitarem entrar nos problemas linguísticos a causa do seu difícil controlo, “si, malgré tout l’on persuade de recourir à la planification linguistique c’est que l’on estime que les risques de subversion national sont encore plus grands en s’abstenant qu’en agissant”.

Contudo, frente à interpretação habitual por parte dos diferentes sectores que representam a perspectiva de contra-poder, nomeadamente pelos reintegracionistas, que em geral convergem na ideia de que o Governo espanhol na Galiza pretende de forma sistemática e preestabelecida o extermínio do galego como marcador fundamental dessa comunidade imaginada que é a *nação galega*, cremos que a questão pode e deve ser definida noutros termos. Assim, frente ao conceito de pseudo-normalização usado por alguns representantes do discurso nacionalista galego da língua para se referir à política linguística institucional galega e à sua implementação, consideramos que na realidade existe com certeza uma normalização sociolinguística na Galiza, a do espanhol. Tal dinâmica social só é ocultada pelo processo de institucionalização do *galego oficial* a que nos temos referido. A discussão pode estabelecer-se em se essa normalização é um processo conscientemente planificado ou se é apenas uma complexa mudança social sobre a que os governos espanhóis não podem agir porque significaria um ilógico ataque contra a sua língua nacional. Embora talvez possamos dizer que se não há, como decerto nunca houve, um extermínio sistemático, porque o extermínio é próprio de um sistema disciplinar extremo, talvez possamos falar antes de uma certa eutanásia, conceito que o Dicionário Porto Editora define como: “doutrina segundo a qual é lícito suprimir indivíduos com tara, ou antecipar a morte de doentes incuráveis, para lhes poupar os sofrimentos da agonia”.

Por fim, cremos que ainda existe uma outra possibilidade (talvez até duas) de cruzamento entre ideologias político-linguísticas existentes na Galiza e o conceito ilusão (talvez até duas diferenciáveis). Como sabemos, só recentemente, com a publicação dos três volumes do *Mapa Sociolingüístico de Galicia* (competência e língua inicial, usos e atitudes; Fernández e Rodríguez-Neira 1994, 1995, 1996) possui-se uma muito completa *base de dados* linguísticos obtidos através de métodos da sociolinguística quantitativa. Apesar da nossa aberta desconfiança a respeito da credibilidade dos resultados obtidos com o método de

questionário no que diz respeito nomeadamente às ideologias linguísticas exprimidas pelos falantes, o certo é que, de uma perspectiva institucional, esta base de dados permitiria, no caso de que em qualquer altura exista um autêntico interesse por promover a expansão social e institucional do galego, articular uma planificação linguística estruturada. Igualmente, a análise da gestão real dos usos das diferentes variedades linguísticas, da negociação de identidades grupais e linguísticas ou do próprio conhecimento das ideologias linguísticas expostas na fala quotidiana fora dos âmbitos do *politicamente correcto* (inquéritos, por exemplo), apenas foi começado muito recentemente de perspectivas que combinam, entre outros, elementos da etnometodologia e a análise interaccional de linha gumperziana. Porém, resulta significativo o escasso interesse mostrado pelo discurso nacionalista galego da língua face a este último tipo de análise -e em geral face a todas as manifestações do *epilinguismo-*, a única, ao estar fundamentada na fala espontânea, que fornece dados fíáveis sobre o que a população, não apenas os grupos de militantes ideologizados, *faz* com a língua, o que a população *pensa* sobre ela, a influência da ideologia dominante sobre as condutas e ideologias linguísticas grupais e individuais ou a *respuesta* interaccional às variedades que se pretendem padronizar, entre outros muitos aspectos.

Para além disto, no nosso nunca esquecido etnocentrismo, continuamos a prestar escassa atenção aos exemplos procedentes de situações sociolinguísticas plurilingues que, pela sua distância geográfica, pela distinta relação genética entre as línguas co-presentes ou pela sua diferente problemática socioeconómica ou sociopolítica, nos parecem *essencialmente* diferentes. Contudo, são diferentes se privilegiamos as divergências, mas podem ser muito mais próximas se observamos cuidadosamente alguns problemas e discursos sobre a língua gerados em sociedades que demos em chamar subdesenvolvidas, em vias de desenvolvimento ou, simplesmente, com um menor nível de desenvolvimento de que a nossa. Destarte, do mesmo modo que, por exemplo, o exame da fundamentação glotopolítica do conflito ortográfico do crioulo haitiano ou doutros crioulos pode proporcionar interessantes elementos de comparação com o conflito ortográfico galego, o fracasso da intervenção planificadora sobre a identidade linguística na Martinica poderia servir de exemplo para evitar erros similares numa futura política linguística galega dirigida talvez pelas elites técnicas do nacionalismo galego. Como descreve Prudent (1993), participante nos factos, o fracasso dessa intervenção (que rotula como *glottopolitical illusion*) explica-se por estar fundamentada na ideologia anticolonialista e voluntarista de grupos militantes que, apesar de conseguirem que as atitudes de respeito face ao crioulo por parte dos seus próprios falantes se acrescentassem muito, ignoraram o aspecto básico que assegure o sucesso de uma planificação linguística que

se pretender democrática: as práticas linguísticas reais e os interesses ou necessidades comunicativas da maioria da população.

O discurso nacionalista galego da língua, construído em boa medida sobre apriorismos ideológicos e mantido ao longo dos anos por um voluntarismo louvável embora incapaz de se adaptar às grandes mudanças sociolinguísticas acontecidas, ofereceu-nos afinal uma etnicista e nacional *mitificação* do monolinguismo, inevitável conclusão do discurso nacional, inclusive dos que se dizem bilinguistas como o que agora diz defender o nacionalismo espanhol em espectacular giro ideológico. O reintegracionista Movimento de Defesa da Língua oferece na sua consigna *Reintegracionismo linguístico e Monolinguismo social* a expressão perfeita dos dois níveis semânticos de ilusão com que temos especulado aqui. A ilusão ou indemonstrável esperança em que a reintegração não apenas linguística galego-portuguesa está a solução a todos os problemas do galego e da Galiza, e a muito mais preocupante ilusão necessária no uso acrítico, fundamente capitalista e imperialista, do conceito monolinguismo social que tenta ocultar o facto de que nas situações monolíngues não deixam de se reproduzir os mesmos esquemas de uniformização linguística e dominação social através do controlo da língua, típicos da sociedade capitalista, ainda que modernamente dissimulados (em verdade, fomentados) através da alfabetização maciça. Do araciliano *bilinguismo como mito* passa-se ao *monolinguismo como mito* sem que no caminho se vejam excessivamente afectados os mecanismos de controlo social nem o conceito de mercado linguístico capitalista. O nacionalismo etnicista, como sempre, vence sobre a necessidade de subverter o sistema classista antidemocrático, inclusive em aqueles que se dizem progressistas ou até socialistas ou comunistas. Uma das tarefas da análise glotopolítica deve ser sempre lembrar que a opressão ou dominação linguística se dá tanto em situações plurilíngues como monolíngues. Esquecê-lo é continuar a afogar o pensamento na ilusão democrática, na subsunção real.

### Referências bibliográficas

- Álvaro Caccamo, C. (1990), *The Institutionalization of Galician: Linguistic Practices, Power, and Ideology in Public Discourse*, Tese de Doutoramento, University of Berkeley.
- \_\_\_ (1996), “Construindo a língua no discurso público: Práticas e ideologias linguísticas”, trabalho apresentado no Congresso *The Linguistic Construction of Social and Personal Identity*, organizado pelo *Research Committee on Sociolinguistics of the International Sociological Association*, Universidade de Évora, Portugal (25-29, Março, 1996) [Disponível na Internet: <http://www.udc.es/dep/lx/cac/evpra96.html>].
- Baggioni, D. (1986), “Préhistoire de la glotopolitique dans la linguistique européenne, de J.G. Herder au Cercle Linguistique de Prague”, *Langages* 83, 35-52.

- Calvet, L.-J. (1987), *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, Paris, Payot.
- Chomsky, N. (1992) [1989], *Ilusiones necesarias. Control del pensamiento en las sociedades democráticas* [*Necessary illusions. Thought control in democratic societies*], tradução de L. Bravo de Urquia e J. J. Saavedra Esteban, Madrid, Libertarias/Prodhufi.
- Dion, L. (1981), “L’État, la planification linguistique et le développement national”, in A. Martin (dir.), *L’État et la planification linguistique. Tome I Principes généraux*, Québec, Office de la langue française, 13-35.
- Fernández, M. (1991), “Coordenadas sociais e dinámica do bilingüismo galego”, *Grial* 110, 239-62.
- Fernández, M.A., Rodríguez-Neira, M.A. (coords.), (1994), *Lingua inicial e competencia lingüística en Galicia*, Vigo, Real Academia Galega.
- \_\_ (coords.), (1995), *Usos lingüísticos en Galicia*, Vigo, Real Academia Galega.
- \_\_ (1996), *Actitudes lingüísticas en Galicia*, Vigo, Real Academia Galega.
- Guespin, L. (1985), “Introduction. Matériaux pour une glottopolitique”, *Cahiers de Linguistique Sociale* 7, 14-32.
- Guespin, L., J.-B. Marcellesi (1986), “Pour la glottopolitique”, *Langages* 83, 5-34.
- Hall, R.A. Jr. (1952), “American Linguistics, 1925-1950 (continued)”, *Archivum Linguisticum* 4(2), 1-16.
- \_\_ (1959), “Colonial policy and neo-melanesian”, *Anthropological Linguistics* 1(3), 22-27.
- \_\_ (1964), *Introductory linguistics*, Philadelphia/New York, Chilton.
- \_\_ (1966), *Pidgin and creole languages*, Ithaca, Cornell University Press.
- Haugen, E. (1971), “The ecology of language”, *The Linguistic Reporter*, Supplement 25, 19-26. Republ. in *The Ecology of Language*, selecção e introdução de A.S. Dil, 1972, Stanford, Stanford University Press, 325-39.
- Herrero Valeiro, M.J. (1997), “Gltopolítica: uma especulação sobre delimitação e ideologização de conceitos”, *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Madrid, Arco Libros, 397-407.
- Malmberg, B. (1975) [1959], *Los nuevos caminos de la lingüística* [*Nya vägar inom sprakforskningen*] (9ª ed.), Madrid, Siglo XXI.
- \_\_ (1979), *Le langage, signe de l’humain*, Paris, Picard.
- \_\_ (1983), *Analyse du langage au XX<sup>e</sup> siècle: Théories et méthodes*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Marcellesi, J.-B. (1980), “De la crise de la linguistique à la linguistique de la crise: La sociolinguistique”, *La Pensée* 209, 4-21.
- Prudent, L.-F. (1980a), “Diglossie ou continuum? Quelques concepts problematiques de la creolistique moderne appliqués à l’archipel caraïbe”, in B. Gardin, J.-B. Marcellesi (eds.), *Sociolinguistique. Approches, théories, pratiques. Tome I*, Paris, Presses Universitaires de France, 197-210.
- Prudent, F.-L. (1993), “Political illusions of an intervention in the linguistic domain in Martinique”, *International Journal of the Sociology of Language* 102, 135-48.
- Thiers, J. (1989), *Papiers d’identité(s)*, Levie, Albiana.